

**ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA REALIZADA NA
3ª VARA DO TRABALHO DE BELO HORIZONTE – MG**

**JUÍZA TITULAR DA VARA DO TRABALHO:
MARINA CAIXETA BRAGA**



JUSTIÇA DO TRABALHO
TRT da 3ª Região (MG)

Lei de Criação nº 1.764, de 17-12-1952
Data da instalação: 2-4-1953
Data de implantação do PJe: 23-3-2015

Jurisdição: Belo Horizonte.

Edital de Correição divulgado no DEJT em 8-6-2021, p. 5.

ATA DE CORREIÇÃO

Data da última Correição: 10-9-20

Às 8 horas do dia dois de julho de 2021, a Excelentíssima Desembargadora Dra. **Maristela Iris da Silva Malheiros**, Vice-Corregedora do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região deu início à Correição Ordinária Telepresencial por meio da plataforma de videoconferência Zoom, instituída pelo Ato Conjunto TST/CSJT/GP Nº 54, de 29 de dezembro de 2020 na 3ª Vara do Trabalho de Belo, situada na Rua Mato Grosso, 468 – 6º andar, conforme ATO Nº 13, de 19 de Maio de 2020, do Tribunal Superior do Trabalho, Portaria Conjunta GCR/GVCR N. 7, de 5 de junho de 2020 e na forma do artigo 682, XI, da CLT, combinado com o artigo 29, II, do Regimento Interno do Tribunal Regional do Trabalho da Terceira Região, presentes por meio do sistema eletrônico a MM. Juíza do Trabalho Titular da Vara, Dra. **Marina Caixeta Braga**; a Secretária da Vara do Trabalho, Sra. Ester Vieira de Assis; os servidores Daniela Tavares Lima, Flávio Lúcio Lisboa Tavares, Juliana Santos Guimarães, Lucas Mourão Ribeiro, Mirian Pollyanna Júlio, Suzana Mourão de Oliveira Carvalho, Samuel de Freitas Pereira e Sérgio Luís de Oliveira Sousa. Ausente a servidora Urçula Rita Fernandes da Cruz, em férias regulamentares.

Iniciada a correição no horário acima registrado, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou:

1. REGISTROS CONSTANTES DA SECRETARIA DA VARA

1.1. PROTOCOLO DE RECLAMAÇÕES – Das informações de distribuição, excluídas as cartas precatórias recebidas, consta o registro de 396 processos, distribuídos neste ano até o dia 23-6-2021, apurando-se a média de 3,5 processos por dia útil.

1.2. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS – A Vara recebeu até o dia 23-6-2021, 34 cartas precatórias, dentre elas 20 executórias. Das recebidas em 2021, 22 foram devolvidas para os juízos deprecantes, conforme consulta realizada junto ao SICOND.

1.3. REMESSA DE PROCESSOS AO TRT – Existe o registro de 653 autos de processos na Instância Superior, sendo que desses, 188 processos foram remetidos neste ano até o dia 23-6-2021.

1.4. CARGA PARA O (A) MERITÍSSIMO (A) JUIZ (A) DO TRABALHO – Há 29 autos de processos para minutar sentença e minutar decisão, todos no prazo legal.

1.5. CARGA PARA PERITOS – Analisando o sistema do PJe, constatou-se que existem 33 processos com perícia designada, aguardando laudo.

1.6. MANDADOS EXPEDIDOS – Constam 436 mandados expedidos no PJe no ano em curso, dentre os quais 89 pendentes de cumprimento, no prazo.

1.7. PROCESSOS SOBRESTADOS NA FASE DE CONHECIMENTO – Em consulta ao sistema informatizado da Secretaria da Vara, constatou-se a existência de 78 processos sobrestados.

Segundo informações do Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas - NUGEPNAC, não há processo sobrestado já julgado, com incidente de Repercussão Geral, pelo STF.

Seguem orientações do NUGEPNAC:

OBSERVAÇÕES GERAIS:

Temas julgados da Repercussão Geral: 13; 18; 25; 28; 32; 45; 106; 112; 131; 137; 149; 152; 190; 191; 246; 253; 308; 355; 361; 368; 383; 494; 497; 505; 511; 521; 550; 551; 606; 679; 725; 739; 808; 810; 841; 850; 853; 864; 897; 932; 958; 985; 990; 992; 994; 1037; 1075; 1092.

Temas julgados de Recurso de Revista Repetitivos: 1; 2; 4; 5; 6; 7; 10; 12; 14; 17

OBS. O Tema 13 foi julgado. Porém, o STF determinou a suspensão de todos os processos que versam sobre a matéria.

A diretriz sugerida pela 1ª Vice-Presidência deste Regional quanto ao momento do encerramento do sobrestamento, alinhada com o posicionamento do STF, comunicada aos Magistrados nos Ofícios Circulares n. GVP1/7/2019 e GVP1/8/2019, é nos seguintes termos: “O **marco temporal** a ser considerado para o dessobrestamento e prosseguimento dos processos suspensos em razão de recurso extraordinário com repercussão geral ou de recursos submetidos à sistemática dos repetitivos deve ser **a publicação da ata de julgamento em sessão plenária.**”

Os lançamentos de sobrestamento em virtude de julgamentos de repercussão geral e de casos repetitivos devem ser **confirmados** diariamente no sistema SJV/SJVPI, nos termos do art. 13, § 2º, da Resolução CNJ n. 235/2016. Os processos com sobrestamento genérico (assim chamados aqueles que não decorrem de repercussão geral, IRRR, IRDR e IAC), devem ser **ignorados** também diariamente.

OBSERVAÇÕES/ORIENTAÇÕES ESPECÍFICAS:

Em caso de dúvidas, entrar em contato no NUGEPNAC, falar com Marilda: (31) 3228-7194 (modo siga-me).

Lançamento não ignorado da 3ª VT de BH:

0010918-84.2019.5.03.0003

Orientação: ignorar o lançamento no sistema SJVPI, tendo em vista que a determinação judicial de sobrestamento não se embasou em repercussão geral, em incidentes de recursos

repetitivos ou em IAC. Tanto que foi registrado movimento de sobrestamento genérico no PJe.

Seguir os procedimentos abaixo:

- 1) acessar a tela "Consulta/Valida Processos sobrestados" no sistema SJVPI, selecionando o filtro "Somente os não confirmados" na caixa "Mostrar sobrestamentos";
- 2) clicar em "Pesquisar" (ícone da lupa);
- 3) selecionar o processo indicado acima no campo "Sobrestamentos encontrados";
- 4) em seguida, clicar no botão "ignorar sobrestamento(s)".

Lançamento equivocado da 3ª VT de BH:

0001037-59.2014.5.03.0003 (lançado Tema 106)

Em pesquisa no PJe e no site deste Regional, verificou-se que se trata de autos físicos convertidos em processo eletrônico em outubro/2019, movido em face da empresa Sagrada Família Ônibus S.A. A primeira suspensão foi lançada no PJe em 30/09/2020, em razão de repercussão geral pelo Tema 1046. Na mesma data, registrou-se também o seguinte movimento genérico: "Suspensão do processo por depender do julgamento de outra causa, de outro juízo ou de declaração incidente". O processo foi dessobrestado em 14/5/2021 para tentativa de conciliação. Na audiência realizada em 08/06/2021, ante a ausência de conciliação, determinou-se o retorno dos autos ao sobrestamento. Em 09/06/2021 foi lançado o seguinte movimento: "Suspensão ou sobrestado o processo por recurso extraordinário com repercussão geral (Tema nº 106)".

Contudo, o Tema 106 da repercussão geral ("a) Competência para, após o advento da Lei nº 8.112/90, julgar os efeitos de decisão anteriormente proferida pela Justiça do Trabalho. b) Extensão do reajuste de 84,32%, relativo ao IPC do mês de março de 1990 (Plano Collor), concedido pela Justiça Federal em decisão transitada em julgado, a outros servidores.") diz respeito a servidores públicos, não se aplicando ao presente caso.

Não foi possível apurar o motivo da determinação judicial de sobrestamento, pois a ata de audiência de instrução realizada em 28/09/2020, constante do ID d8d2328, está sob sigilo.

Orientação: Verificar a determinação judicial de sobrestamento registrada na ata de audiência constante do ID d8d2328 e proceder à correção do movimento lançado em 09/06/2021. Na hipótese da determinação não se enquadrar dentre os casos de repercussão geral ou de recursos repetitivos, deve ser encerrado o sobrestamento no PJe e lançado novo movimento genérico. Nesse caso, o lançamento deve ser ignorado no SJVPI no dia seguinte.

Processos examinados na correção:

– 0010281/21, 0010600/19, 0011038/19, 0011083/19, 0010004/21, 0010631/19, 0010399/20, 0010059/21, 0010711/19 e 0010428/19: Tema nº 1046 – Validade de norma coletiva de trabalho que limita ou restringe direito trabalhista não assegurado constitucionalmente.

Recomenda-se que seja observada a correta correspondência dos andamentos dos processos àqueles do sistema e-Gestão, conforme Manual de Orientações do Sistema e-Gestão 1º Grau (http://negestao.tst.jus.br/index.php/E-Gest%C3%A3o_1%C2%BA_Grau).

Também deve ser consultada a cartilha de sobrestamento e “dessobrestamento” elaborada pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes, disponível no link https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/nugep-2/downloads/Cartilha_NUGEP.pdf

Está disponível no link <https://portal.trt3.jus.br/internet/jurisprudencia/suspensoes-encerradas/suspensoes-encerradas-no-trt-mg>, sistematizadas por assunto.

1.8. PROCESSOS EM FASE DE CONHECIMENTO – a taxa de congestionamento na fase de conhecimento - 1º grau, indicador nº 10 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 37,48% em 2016, de 38,85% em 2017, de 34,44% em 2018 e de 31,24% em 2019 e 41,39% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 40% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 03a Vara						
	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)	01/06/20 a 31/05/21
Ind. 10: Taxa de Congestionamento Conhecimento (%)	37,01	42,58	42,01	33,28	40,98	41,35	38,26

1.9. PROCESSOS AGUARDANDO SENTENÇA NA FASE DE CONHECIMENTO -

FASE DE CONHECIMENTO (de 1º-1-2021 até 23-6-2021)

(fonte: e-Gestão)

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Aguardando 1ª Sessão de audiência (item 60)	0
	Aguardando 1ª audiência (item 90060)	93
	Aguardando encerramento da instrução (item 61)	0
	Aguardando encerramento da instrução (item 90061)	270
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 62)	0
	Processos com instrução processual encerrada aguardando prolação de sentença (item 90062)	24

Processos aguardando primeira audiência ou aguardando o encerramento da instrução que estão sem audiências designadas:

Processos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução: são os processos dos itens 90.060 e 90.061 do e-Gestão e que não possuem audiência designada ou não estão suspensos/sobrestados.	22
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	----

Abaixo tabela dos processos mais antigos sem audiência designada aguardando 1ª sessão de audiência e aguardando encerramento de instrução com o referido prazo, com mais de 300 dias, tendo a listagem completa sendo remetida previamente via e-mail institucional para a unidade organizacional:

Processo	Classe	Tarefa	Dias
0010567-11.2019.5.03.0004	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Retornou ao sobrestamento	672
0010290-61.2020.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo	412
0001327-16.2010.5.03.0003	Ação Civil Pública	Aguardando prazo	389
0010358-11.2020.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências	379

1) Indicador Idade média do Pendente de Julgamento (I01): representa o tempo médio que os processos estão pendentes de julgamento. Média do ano dos processos dos itens 60, 61, 62, 90060, 90061 e 90062 no final do período de referência.

Para cálculo do prazo médio, conforme manual do IGEST, “são listados todos os processos pendentes de julgamento na fase de conhecimento e considerado o ano em que cada um deles foi ajuizado. Após faz-se a subtração pelo ano de referência e após a média desses anos.

Ano de ajuizamento	Quantidade de processos	Prazo médio por ano
2010	1	11
2014	1	7
2015	1	6
2016	8	5
2017	18	4
2018	13	3
2019	61	2
2020	128	1
2021 – ano de referência	156	
TOTAL	387	1,10

Abaixo a tabela dos 20 processos mais antigos na fase de conhecimento, extraídos dos itens 60, 900.60, 61, 90061, 62 e 90.062 (dados apurados no mês de junho até o dia 23-6):

Processo	Classe	Tarefa
0001327-16.2010.5.03.0003	Ação Civil Pública	Aguardando prazo
0001037-59.2014.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011437-98.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010095-18.2016.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010388-85.2016.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010730-96.2016.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010826-14.2016.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011188-16.2016.5.03.0003	Ação Civil Pública	Aguardando audiência
0011451-48.2016.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011779-75.2016.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento

0011937-33.2016.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010139-03.2017.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Preparar expedientes e comunicações
0010549-61.2017.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0010622-33.2017.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando prazo
0010828-47.2017.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando audiência
0011128-09.2017.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Cumprimento de Providências
0011161-96.2017.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011216-47.2017.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011320-94.2017.5.03.0114	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento
0011466-80.2017.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando final do sobrestamento

2) Indicador Pendentes (I02): representa a quantidade de processos pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução e os pendentes de liquidação.

FASE	Situação	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 377)	0
	Processos pendentes de baixa - fase de conhecimento (item 90377)	473

FASE	Situação	Quantidade de processos
LIQUIDAÇÃO	Processos com liquidação de sentença pendente (item 394)	0
	Processos com liquidação de sentença pendente (item 90394)	131

FASE	Situação	Quantidade de processos
EXECUÇÃO	Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 383)	1

Processos pendentes de baixa – fase de execução (item 90383)

522

3) Indicador Taxa de Conclusos com Prazo Vencido (I03): representa a relação entre o total de processos conclusos com o prazo vencido e o total de processos aguardando a prolação de sentença.

FASE	Variável	Forma de apuração	Quantidade de processos
CONHECIMENTO	Pendentes de julgamento conclusos com o prazo vencido	Saldo de processos do item 393 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90393 no final do período de referência	0
	Total de processos conclusos aguardando prolação de sentença	Saldo de processos do item 62 no final do período de referência	0
		Saldo de processos do item 90062 no final do período de referência	24

1.10. PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO - A taxa de congestionamento na fase de execução - 1º grau, indicador nº 14 do Plano Estratégico 2015-2020 do TRT-MG, foi de 75,67% em 2016, de 68,88% em 2017, de 62,84% em 2018 e de 56,65% em 2019 e 63,28% em 2020. A Meta estabelecida para este indicador em 2020 foi de 57% (dados extraídos do sistema e-Gestão em 21/01/2021, sujeitos a alterações devido aos envios de novas remessas de dados ao TST).

Vara do Trabalho	Belo Horizonte - 03a Vara						
	2016	2017	2018	2019	2020	1º trim/2021 (01/04/20 a 31/03/21)	01/06/20 a 31/05/21
Ind. 14: Taxa de Congestionamento Execução (%)	55,86	61,02	62,00	41,07	58,94	60,29	59,36

PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO – Existem 722 processos em fase de execução, assim discriminados:

- a) 541 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) 1 processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 180 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327.

Os dados foram extraídos do sistema e-Gestão, no período de 01/01/2021 até 23/06/2021

No ano anterior, até dia 23/06/2020 - havia 755 processos na fase de execução, assim distribuídos:

- a) 567 execuções trabalhistas, constantes dos itens 99 e 90099;
- b) nenhum processo suspenso por execução frustrada, itens 106 e 90106;
- c) 188 processos arquivados provisoriamente, conforme itens 103, 90103, 327 e 90327;

Abaixo Tabela dos 20 processos mais antigos na fase de execução, conforme itens 99 e 90099 do e-Gestão (dados apurados no mês de junho até o dia 23-6):

Processo	Classe	Tarefa
0030900-70.2008.5.03.0003	Execução Fiscal	Processo Retornou Do Arquivo Temporário - Rua Goitacases
0093500-93.2009.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou Do Arquivo Temporário - Rua Goitacases
0011200-16.2005.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou Do Arquivo Temporário - Rua Goitacases
0002540-52.2013.5.03.0003	Execução Fiscal	Processo Retornou Do Arquivo Temporário - Rua Goitacases
0000525-81.2011.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Enviado Ao Trt - Recursos
0001241-45.2010.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Apreciação Pela Instância Superior
0001997-49.2013.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0001989-43.2011.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Processo Retornou De Instância Superior Pendente De Recurso De Revista
0010091-15.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Preparar Expedientes E Comunicações
0010108-51.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Apreciação Pela Instância Superior
0010471-38.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito	Escolher Tipo De Arquivamento

	Ordinário	
0011212-78.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0011458-74.2015.5.03.0003	Execução Provisória em Autos Suplementares	Aguardando Apreciação Pela Instância Superior
0010458-39.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Prazo
0011317-55.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Prazo
0010903-57.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Prazo
0010361-39.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Aguardando Prazo
0010824-78.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Sumaríssimo	Cumprimento De Providências
0011326-17.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Prazo
0010161-32.2015.5.03.0003	Ação Trabalhista - Rito Ordinário	Aguardando Prazo

FASE DE EXECUÇÃO – 01/01/2021 até 30/05/2021			
Descrição da Vara	Execuções Iniciadas	Execuções Encerradas	Pendentes de Baixa
3ª BH	83	119	528

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das decisões de execução conforme itens 90.093/93 (execuções encerradas) e 90.398/398 (incidentes na Liquidação/Execução julgados) extraídos do sistema e-Gestão (dados apurados no mês de junho até o dia 23-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	22	22
02-FEVEREIRO	35	38
03-MARÇO	36	37
04-ABRIL	12	49
05-MAIO	44	37
06-JUNHO	33	35
07-JULHO	34	

08-AGOSTO	39	
09-SETEMBRO	62	
10-OUTUBRO	36	
11-NOVEMBRO	29	
12-DEZEMBRO	24	
Totais	406	218

	2020/ 01	2020/ 02	2020/ 03	2020/ 04	2020/ 05	2020/ 06	2020/ 07	2020/ 08	2020/ 09	2020/ 10	2020/ 11	2020/ 12	2021/ 01	2021/ 02	2021/ 03	2021/ 04	2021/ 05	2021/0 6
								1		1			1	2				1
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS		3																
FERNANDA CRISTINE NUNES TEIXEIRA		29																
FILIPE DE SOUZA SICKERT								3										
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI							24											
MARINA CAIXETA BRAGA													21	36	37	49	37	34
SILENE CUNHA DE OLIVEIRA	8	3	36	12	44	33	10	27	62	35	29	24						
STELLA FIUZA CANCADO								8										
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO	14																	
Totais	22	35	36	12	44	33	34	39	62	36	29	24	22	38	37	49	37	35

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram expedidos alvarás, conforme abaixo (dados apurados no mês de junho até o dia 23-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	109	39
02-FEVEREIRO	103	72
03-MARÇO	163	28
04-ABRIL	111	38
05-MAIO	121	43
06-JUNHO	118	98
07-JULHO	156	
08-AGOSTO	111	

09-SETEMBRO	148	
10-OUTUBRO	156	
11-NOVEMBRO	156	
12-DEZEMBRO	109	
Totais	1561	318

1.11. PROCESSOS INCIDENTAIS PENDENTES: de acordo com o sistema e-Gestão, dados de 23-6-2021, existem 17 processos, conforme se apurou dos itens 117, 90117, 400, 90400, 427 e 90427.

	Qtde
Embargos de Declaração Pendentes	5
Incidentes na Liquidação/Execução Pendentes	9
Tutelas Provisórias Pendentes	3
Total	17

2. PROCESSOS EXAMINADOS – Foram examinados, conforme discriminação a seguir, por amostragem, autos de processos em tramitação e arquivados na Vara do Trabalho quanto à observância do ordenamento jurídico, o cumprimento dos atos, despachos, ordens e recomendações do Tribunal Superior do Trabalho, da Corregedoria Geral da Justiça do Trabalho, da Direção do Tribunal e da Corregedoria Regional.

Na pauta do dia 5-7-2021 havia 7 processos:

- a) una por videoconferência (rito sumaríssimo):** 2 processos;
- b) inicial por videoconferência:** 1 processo;
- c) instrução:** 3 processos;
- d) conciliação em execução por videoconferência:** 1 processo.

Foram examinados os autos dos processos 0010371/21, 0010396/21, 0010397/21, 0010469/20, 0010929/19, 0010305/21 e 0010843/20.

RESULTADO: os processos encontram-se em ordem.

2.1. CARTAS PRECATÓRIAS RECEBIDAS; PROCESSOS SOBRESTADOS; PROCESSOS SOLUCIONADOS MEDIANTE CONCILIAÇÃO; PROCESSOS JULGADOS; PROCESSOS EM FASE DE EXECUÇÃO e PROCESSOS ARQUIVADOS.

Nos termos do parágrafo 1º do artigo 6º do ATO Nº 13/GCGJT, de 19 de maio de 2020 e mediante consulta ao Painel Migração CLEC, que esta Vara do Trabalho possui, até o dia 30-6-2021, 116 processos físicos no total, dentre eles, os migráveis são 10 processos.

Exame dos autos dos processos do PJe: 0010294/21, 0010372/21, 0010365/21, 0010185/21, 0010328/21, 0010301/21, 0010366/21, 0010180/21, 0010232/21, 0010220/21, 0010281/21, 0010600/19, 0011038/19, 0011083/19, 0010004/21, 0010631/19, 0010399/20, 0010059/21, 0010711/19, 0010428/19, 0010501/20, 0010845/20, 0010192/21, 0010184/21, 0010077/21, 0010476/20, 0010153/21, 0010158/21, 0010263/21, 0010262/21, 0010189/21, 0010025/21, 0010038/21, 0010054/21, 0010343/21, 0010306/20, 0010117/21, 0010970/19, 0010642/20, 0010950/18, 0010178/21, 0010428/20, 0010448/19, 0010730/18, 0010040/21, 0010183/20, 0010057/20, 0010420/20, 0010121/21, 0010450/20, 0010919/18, 0010535/20, 0010202/18, 0010284/20, 0010279/21, 0010427/20, 0010105/18, 0010111/16, 0011511/16, 0010820/17, 0010333/21, 0010275/21, 0010355/21, 0010236/21, 0010193/21, 0010240/21, 0010312/21, 0010257/21, 0010334/21, 0010309/21, 0010267/20, 0010793/20 e 0010670/20.

RESULTADO – examinados os autos, constatou-se que estão em ordem.

Recomenda-se a MM. juíza que profira sentenças na forma da Recomendação N. 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2018 referente aos “Procedimentos relacionados à prolação de sentenças e acórdãos líquidos”, divulgada por meio do Ofício Circular N. CR/45/2018, de 1º de outubro de 2018.

2.2. INQUÉRITO JUDICIAL PARA APURAÇÃO DE FALTA GRAVE DE EMPREGADO ESTÁVEL – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que não há, até a presente data, inquérito judicial em tramitação.

2.3. AÇÃO CIVIL PÚBLICA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 8 ações civis públicas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase
0000125-67.2011.5.03.0003	Preparar expedientes e comunicações	Liquidação
0001327-16.2010.5.03.0003	Aguardando prazo	Conhecimento
0010256-57.2018.5.03.0003	Aguardando prazo	Liquidação
0010287-09.2020.5.03.0003	Cumprimento de Providências	Conhecimento
0010477-11.2016.5.03.0003	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011024-17.2017.5.03.0003	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011188-16.2016.5.03.0003	Aguardando audiência	Conhecimento

0011421-47.2015.5.03.0003	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
---------------------------	-----------------------------------------------	--------------

2.4. AÇÃO CIVIL COLETIVA – Consultado o sistema informatizado da Secretaria da Vara do Trabalho, constatou-se que há 6 ações civis coletivas em tramitação.

Processo	Tarefa	Fase
0010732-95.2018.5.03.0003	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010813-10.2019.5.03.0003	Aguardando apreciação pela instância superior	Liquidação
0010818-95.2020.5.03.0003	Aguardando prazo	Conhecimento
0010992-12.2017.5.03.0003	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0010992-80.2015.5.03.0003	Aguardando apreciação pela instância superior	Conhecimento
0011761-54.2016.5.03.0003	Cumprimento de Providências	Liquidação

3. PRAZO MÉDIO DA PAUTA E DISPONIBILIDADE DA PAUTA –

Prazos médios da pauta/dias corridos

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo/ordinário	25	45	48
Instrução processo físico	1.675	0	0
Instrução processo eletrônico	268	229	284

Apuração conforme dados extraídos do sistema e-Gestão.

Disponibilidade de Pauta/dias úteis

	2019	2020	2021
Procedimento sumaríssimo	11	12	19-7-21- 13 dias
Procedimento Ordinário	11	21	9-8-21 - 29 dias
Instrução	366	240	31-1-22 - 121 dias

PRAZOS MÉDIOS (de 1º-1-2021 até 23-6-2021).

1) Indicador Prazo Médio na Fase de conhecimento (I04): representa o prazo médio entre o ajuizamento da ação e a prolação da sentença (em dias corridos) na fase de conhecimento.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 416)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do ajuizamento da ação até a prolação de sentença na fase de conhecimento (item 90416)	472	274

2) Indicador Prazo Médio na Fase de Liquidação (I05): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de liquidação.

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 417)	1	2.100
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da liquidação e da decisão homologatória dos cálculos (item 90417)	152	142

3) Indicador Prazo Médio Fase de Execução (I06): representa o prazo médio entre o início e o encerramento da fase de execução.

(fonte: e-Gestão)

	Quantidade de processos	Prazo médio (em dias corridos)
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – procedimento sumaríssimo - ente privado (item 275)	0	0
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução - ente privado (item 90275)	136	1.033
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da execução – ente público (item 277)	1	9.002
Média aritmética do número de dias decorridos entre a data do início da execução e a data da extinção da	1	126

execução – ente público (item 90277)

No ano atual, apurou-se que, até o dia 23/06/2021, com 112 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	Ano Atual	Média dia/útil
Julgados procedentes	42	0,375
Julgados procedentes em parte	129	1,152
Julgados improcedentes	50	0,446
Extintos com resolução de mérito	0	0
Outras decisões com resolução de mérito	1	0,009
Total com exame de mérito	222	1,982
Extintos sem resolução de mérito	35	0,312
Arquivamento	35	0,312
Desistência	21	0,188
Outras decisões sem resolução de mérito	14	0,125
Total sem resolução de mérito	105	0,938
Decisões de conhecimento	327	2,92
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	129	1,152
Conciliações	168	1,5
Decisões na fase de execução	74	0,661
Total	704	6,28

No ano 2020, apurou-se que, em 235 dias de expediente forense (segunda-feira a sexta-feira, excluídos, portanto, sábados, domingos e feriados), foram proferidas:

	2020	Média/dia útil
Julgados Procedentes	80	0,34
Julgados procedentes em parte	225	0,957
Julgados Improcedentes	79	0,336
Extintos com resolução de mérito	2	0,009

Outras decisões com resolução de mérito	0	0
Total com resolução de mérito	386	1,643
Extintos sem resolução de mérito	41	0,174
Arquivamento	34	0,145
Desistência	32	0,136
Outras decisões sem resolução de mérito	45	0,191
Total sem resolução de mérito	152	0,647
Decisões de conhecimento	538	2,289
Decisões decorrentes da oposição de embargos de declaração	199	0,847
Conciliações	272	1,157
Decisões na fase de execução	152	0,647
Total	1.161	4,94

4. AUDIÊNCIAS E DESPACHOS – No período de 01/05/2021 até 31/05/2021, com 21 dias úteis, realizaram-se:

Audiências	Número de Audiências/Mês	Média/dia útil
Conciliação em conhecimento	2	0,095
Conciliação em execução	18	0,857
*Encerramento de instrução	4	0,19
Inicial / Inicial (rito sumaríssimo)	23	1,095
Inquirição de testemunha (juízo deprecado)	0	0

Instrução / Instrução (rito sumaríssimo)	47	2,238
Una / Una (rito sumaríssimo)	39	1,857
Total	129	6,1

* Os encerramentos de instrução não são totalizados

No mês de maio de 2021, segundo dados do Boletim Estatístico da Vara, sistema e-Gestão, foram homologados 27 acordos em conhecimento, conforme se verificou dos itens 39 e 90039.

Conforme sistema e-Gestão, foram conciliados na fase de conhecimento, liquidação e execução. (dados apurados no mês de junho até o dia 23-6):

	Conhecimento		Execução		Liquidação	
	2020	2021	2020	2021	2020	2021
01-JANEIRO	17	10	6	3	4	
02-FEVEREIRO	36	31	5	2		1
03-MARÇO	24	37		7	2	3
04-ABRIL	5	44	1	1		1
05-MAIO	15	27	1	1	2	6
06-JUNHO	14	29	1	3	1	6
07-JULHO	31		2		3	
08-AGOSTO	42		6		3	
09-SETEMBRO	30		10		6	
10-OUTUBRO	33		2		3	
11-NOVEMBRO	30		3		3	
12-DEZEMBRO	19		1		1	
Totais	296	178	38	17	28	17

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06
	1																	
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS					1	2		4	6		3	1					3	3

ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS		6																	1																														
ERICA APARECIDA PIRES BESSA										1																																							
FERNANDA CRISTINE NUNES TEIXEIRA		27																																															
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA						1	3	4	12			1		2	1	7	1	2																															
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI								29	1		5	1																																					
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						1	3			11	2	3	2																																				
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	6	5							2																																								
MARINA CAIXETA BRAGA														11	32	40	45	26	33																														
SILENE CUNHA DE OLIVEIRA		3	24	6	16	10			20	29	30	28	18																																				
STELLA FIUZA CANCADO									12																																								
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO			2																																														
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO	20																																																
Totais	27	41	26	6	18	16	36	51	46	38	36	21	13	34	47	46	34	38																															

Comparativamente, nos anos de 2020 e 2021, foram realizadas audiências, conforme abaixo (dados apurados no mês de junho até o dia 23-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	76	45
02-FEVEREIRO	146	114
03-MARÇO	81	148
04-ABRIL	1	117
05-MAIO	5	129
06-JUNHO	10	105
07-JULHO	118	
08-AGOSTO	133	
09-SETEMBRO	150	
10-OUTUBRO	100	

11-NOVEMBRO	146	
12-DEZEMBRO	96	
Totais	1062	658

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS			1		1	2		8	9		7	1	2	3	1	4	6	9
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS		24											1	4				
ERICA APARECIDA PIRES BESSA									1									
FERNANDA CRISTINE NUNES TEIXEIRA		83																
FILIPE DE SOUZA SICKERT								3										
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA		5	3	1	4	5	9	33			2	1	3	1	23	4	2	3
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI							100			13	15							
HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS						3	9	2	31	4	10	4					4	9
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	12	23						4										
LIZA MARIA CORDEIRO												1						
MARINA CAIXETA BRAGA													39	106	124	109	117	84
SILENE CUNHA DE OLIVEIRA		11	67					60	109	83	112	89						
STELLA FIUZA CANCADO								23										
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO			10															
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO	64																	
Totais	76	146	81	1	5	10	118	133	150	100	146	96	45	114	148	117	129	105

Foram realizadas 117 audiências no mês de junho. No mês de julho estão designadas 108 audiências.

Abaixo a tabela comparativa por mês e ano das sentenças e acordos homologados por sentença em conhecimento, conforme apurado nos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049 do e-Gestão: (dados apurados no mês de junho até o dia 23-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	60	26
02-FEVEREIRO	101	92
03-MARÇO	85	101
04-ABRIL	13	102
05-MAIO	27	97
06-JUNHO	50	77
07-JULHO	74	
08-AGOSTO	82	
09-SETEMBRO	78	
10-OUTUBRO	80	
11-NOVEMBRO	80	
12-DEZEMBRO	80	
Totais	810	495

	2020/01	2020/02	2020/03	2020/04	2020/05	2020/06	2020/07	2020/08	2020/09	2020/10	2020/11	2020/12	2021/01	2021/02	2021/03	2021/04	2021/05	2021/06
ALEXANDRE WAGNER DE MORAIS ALBUQUERQUE										1								
ANDREA RODRIGUES DE MORAIS					1	2		2	2		1						1	1
ANNA ELISA FERREIRA DE RESENDE RIOS		19															1	
FABIANA MARIA SOARES										1								
FERNANDA CRISTINE NUNES TEIXEIRA		64	2															
FILIPE DE SOUZA SICKERT								1										
FLAVIA CRISTINA ROSSI DUTRA					1	2		8			1		1					
FLAVIA FONSECA PARREIRA STORTI							64	17		3								

HADMA CHRISTINA MURTA CAMPOS								1		2	1	1	2						1
LILIAN PIOVESAN PONSSONI	1	1						2											
MARCOS VINICIUS BARROSO											1								
MARINA CAIXETA BRAGA														18	92	101	102	93	75
NATALIA AZEVEDO SENA		1																	
RONALDO ANTONIO DE BRITO JUNIOR																		1	
SILENE CUNHA DE OLIVEIRA	23	11	66	10	25	46	9	39	74	73	77	78	7						
STELLA FIUZA CANCADO								13											
TATIANA CAROLINA DE ARAUJO			17	3														1	
WASHINGTON TIMOTEO TEIXEIRA NETO	36	5																	
Totais	60	101	85	13	27	50	74	82	78	80	80	80	26	92	101	102	97	77	

Foram despachados, segundo dados da produtividade, extraídos das tabelas processuais unificadas no período - os despachos nos termos do artigo 203, § 4º, do CPC não são contabilizados (dados apurados no mês de junho até o dia 23-6):

	2020	2021
01-JANEIRO	860	762
02-FEVEREIRO	1305	1072
03-MARÇO	1247	1206
04-ABRIL	596	1139
05-MAIO	1340	1164
06-JUNHO	1403	1061
07-JULHO	1604	
08-AGOSTO	1403	
09-SETEMBRO	1431	
10-OUTUBRO	1427	
11-NOVEMBRO	1235	
12-DEZEMBRO	854	
Totais	14705	6404

Constatou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, mediante informação da Secretária da Vara do Trabalho, que, na Unidade, as audiências são realizadas, durante a pandemia COVID-19, de segunda-feira a quinta-feira, a partir das 13h10. O intervalo entre as audiências é de 15 minutos para as de procedimento sumaríssimo e para as de procedimento ordinário e de uma hora para as instruções.

A análise dos termos do artigo 19, II da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, fica prejudicada em razão das medidas de prevenção à disseminação do Novo Coronavírus da Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

Recomenda-se à magistrada, quanto à residência, que cumpra a disposição contida no artigo 29, inciso V, "c", do Regimento Interno do TRT da 3ª Região e os termos das Instruções Normativas Conjuntas nº 1, de 13-11-2014 e nº 6, de 13-8-2015 e que mantenha o cadastro atualizado na Secretaria-Geral da Presidência.

5. Produtividade –

Os dados foram extraídos dos Boletins Estatísticos.

Movimentação Anual de Processos			
	2019	2020	2021 até 23-6
Processos recebidos	1.031	782	396
Média por dia útil	4,5	3,3	3,5
Processos remanescentes do ano anterior	759	496	415
Sentenças anuladas	18	1	3
Total de processos para solução	1.808	1.279	814
Processos solucionados	1.327	810	495
Processos conciliados	425	272	168
Produtividade	73,40%	63,33%	60,81%

Analisando os dados supra, verificou-se uma diminuição de 24,15% em relação ao número de processos recebidos no ano 2019. Quanto à produtividade, verificou-se que em 2020 houve uma diminuição de 10,07%.

5.1. Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho (IGEST) – desenvolvido pela Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho do Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) com o objetivo de contribuir para o aprimoramento da gestão das varas do trabalho de todo o país e auxiliar na melhoria da efetividade da prestação jurisdicional combinada à força de trabalho disponível. Ao mesmo tempo, possibilita a vara orientar melhor sua atuação, tornando um instrumento eficaz de gestão. Ademais, o IGEST se alinha às Metas Nacionais e ao Plano Estratégico **2021-2026** do TRT-MG e foi instituído no âmbito deste Regional por meio da Resolução GP n. 194, de 20 de dezembro de 2021.

MESOINDICADOR PRODUTIVIDADE: (de 1º-1-2021 até 23-6-2021)

1) Indicador Taxa de Conciliação na fase de conhecimento (I07): representa a relação entre a quantidade de processos solucionados por conciliação e o total de processos solucionados.

Conciliações	Soma dos processos dos itens 39 e 90039	168
Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90071, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	495

2) Indicador Taxa de Solução (I08): representa a relação entre o total de processos solucionados e o total de processos recebidos por distribuição, redistribuição e que retornaram para novo julgamento.

Solucionados	Soma dos processos dos itens 39, 90039, 40, 90040, 41, 90041, 42, 90042, 43, 90043, 44, 90044, 46, 90046, 47, 90047, 48, 90048, 49 e 90049	495
Recebidos	Soma dos processos dos itens 26, 90026, 27, 90027, 29, 90029, 30, 90030, 31, 90031, 32 e 90032	399

3) Indicador Taxa de Execução (I13): representa a relação entre o total de execuções encerradas pelo total de execuções iniciadas.

Execuções iniciadas	Soma dos processos dos itens 329 e 90329	94
Execuções encerradas	Soma dos processos dos itens 93 e 90093	144

MESOINDICADOR CONGESTIONAMENTO: (de 1º-1-2021 até 23-6-2021)

1) Indicador Taxa de Congestionamento no Conhecimento (I09): representa o volume de trabalho atualmente represado, em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de conhecimento.

Pendentes de baixa na Fase de Conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	473
Baixados na Fase de Conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	469

2) Indicador Taxa de Congestionamento na Execução (I10): representa o volume de trabalho atualmente represado em comparação com a capacidade de atendimento à demanda na fase de execução.

Pendentes de baixa na Fase de Execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	523
Baixados na Fase de Execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	154

MESOINDICADOR FORÇA DE TRABALHO: (de 1º-1-2021 até 23-6-2021)

1) Indicador Produtividade por Servidor (I11): representa o total de processos baixados nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Baixados na fase de conhecimento	Soma dos processos dos itens 375 e 90375	469
Baixados na fase de execução	Soma dos processos dos itens 381 e 90381	154
Servidores em atividade	Contagem dos servidores dos itens 2035, 2045, 2053, 2061 e 2412	10

2) Indicador Pendentes por Servidor (I12): representa total de pendentes de baixa nas fases de conhecimento e execução por servidor em atividade.

Pendentes na fase de conhecimento	Saldo de processos dos itens 377 e 90377 no final do período de referência	473
Pendentes de baixa na fase de execução	Saldo de processos dos itens 383 e 90383 no final do período de referência	523
Servidores em atividade	Contagem dos servidores nos itens 2035 (servidores do quadro permanente da área judiciária), 2045 (servidores requisitados do Poder Judiciário da União, lotados na área judiciária 1º grau), 2053 (servidores requisitados de outros órgãos lotados na	10

	<p>área judiciária do 1º grau), 2061 (servidores ocupantes exclusivamente de cargos em comissão lotados na área judiciária de 1º grau) e 2412 (servidores removidos de outros órgãos da Justiça do Trabalho lotados na área judiciária de 1º grau)</p>	
--	--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--

Perfil da Vara do Trabalho		Belo Horizonte - 03a Vara	
Indicadores / Período de referência		Ano 2020 01/01/2020 a 31/12/2020	1º trim 2021 01/04/2020 a 31/03/2021
Indicadores	I01 - Idade Média do pendente de julgamento (em anos)	0,81	1,45
	I02 - Pendentes	1.229	1.212
	I03 - Taxa de conclusos com o prazo vencido (%)	0,00	0,00
	I04 - Prazo médio no conhecimento (em dias)	240,04	205,17
	I05 - Prazo médio na liquidação (em dias)	153,32	150,27
	I06 - Prazo médio na execução (em dias)	945,87	980,31
	I07 - Taxa de conciliação (%)	33,58	35,63
	I08 - Taxa de solução (%)	103,45	102,35
	I13 - Taxa de execução (%)	99,61	98,44
	I09 - Taxa de congestionamento no conhecimento (%)	40,98	41,35
	I10 - Taxa de congestionamento na execução (%)	58,94	60,29
	I11 - Produtividade por servidor	108,09	101,82
I12 - Pendentes por servidor	100,73	98,18	

Meso	Acervo	0,31	0,33
	Celeridade	0,52	0,49
	Produtividade	0,50	0,48
	Congestionamento processual	0,47	0,49
	Força de trabalho	0,47	0,48
Macro	IGEST	0,4541	0,4544
Posição IGEST		91	80
Movimentação processual		1001 a 1500	1001 a 1500

FONTE: Sistema e-Gestão (dados do último trimestre extraídos em 07/05/2021)

6. ARRECADAÇÃO – Ano 2020

Contribuição Previdenciária	Imposto de Renda	Valor pago aos reclamantes
R\$4.202.291,75	R\$1.575.391,78	R\$28.822.811,61

7. PORTARIAS – De acordo com a Secretária da Vara do Trabalho não há Portaria em vigor.

8. SISBAJUD, INFOJUD, RENAJUD e SIMBA – Durante a correição, constatou-se que a Unidade emprega as ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial.

9. DA SECRETARIA – Concluída a correição, de acordo com os critérios acima especificados, a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora examinou 80 autos de processos, sendo que não foi encontrado excesso de prazo.

Registra-se que durante os trabalhos de correição, foram observadas a Resolução Conjunta GP/CR N. 58/2016 e suas posteriores alterações, bem como a suspensão de prazos processuais e a realização de audiências no período de 7 a 20 de janeiro de 2021, nos termos do art. 775-A da CLT e as determinações referentes à pandemia COVID-19.

10. Gestão Estratégica

Meta 1 CNJ/2021: Julgar mais processos que os distribuídos – Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

No ano 2021, até o dia 31-5-2021, o percentual alcançado foi de 108,68% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 96,98%.

Em 2020, quando a Meta era “julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 94,76% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional no 1º grau foi de 86,78% (valor consultado em 16/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 2 CNJ/2021: Julgar processos mais antigos – Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus.

No ano 2021, até o dia 31-5-2021, o percentual alcançado foi de 86,59% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 84,88%.

Em 2020, quando a Meta era “era Identificar e julgar, até 31/12/2020, pelo menos 92% dos processos distribuídos até 31/12/2018, nos 1º e 2º graus.”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 98,83% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo o resultado deste Regional de 98,21%.

Meta 3 CNJ/2021: Estimular a conciliação – Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%.

No ano 2021, até o dia 31-5-2021, o percentual alcançado foi de 91,98% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 102,57%.

Em 2020, quando a Meta era “Manter o índice de conciliação na fase de conhecimento, em relação ao percentual do biênio 2017/2018”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 90,91% de cumprimento da Meta, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 48,78%, conforme modelo de apuração do SIGEST/CSJT e 108,40% de cumprimento da meta, conforme modelo de apuração do CNJ, que utiliza como parâmetro a cláusula de barreira, que em 2020 foi de 45%. Ressalta-se que o indicador possui como meta o valor de 46,58% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 5 CNJ/2021: Reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

Trata-se de uma nova meta para o exercício de 2021.

No ano 2021, até o dia 31-5-2021, o percentual alcançado na fase de conhecimento foi de 37,77% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 47,21%.

No ano 2021, até o dia 31-5-2021, o percentual alcançado na fase de execução foi de 70,91% sendo a média deste Regional para o mesmo período de 65,65%.

Em 2020, a Meta 5 era “Baixar quantidade maior de processos de execução do que o total de casos novos de execução no ano corrente”, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 109,04%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, tendo cumprindo a Meta. O resultado deste Regional foi de 101,95% (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT e Portal de Metas Nacionais do CNJ).

Meta 6 CNJ – Em 2020, quando a Meta era “Identificar e julgar, até 31/12/2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31/12/2017 no 1º grau.” (VIGOROU ATÉ 2020).

Em 2020, a Meta 6 era “Priorizar o julgamento das ações coletivas – identificar e julgar até 31-12-2020, 95% das ações coletivas distribuídas até 31-12-2017 no 1º grau, esta unidade organizacional atingiu o percentual de 77,19%, do valor da meta estipulado para o ano de 2020, não tendo cumprido Meta. O resultado deste Regional foi de 103,75%.

Meta 11 CNJ/2021: Aumentar a tramitação dos processos de forma eletrônica – Alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total.

No ano 2021, conforme painel do CLEC – disponível na intranet esta unidade organizacional possui 10 processos migráveis.

Tempo médio de duração do processo – Fase de Conhecimento.

No ano 2021, até o dia 31-5-21, o tempo médio de duração do processo desta unidade está em 261 dias, sendo de 191 dias o resultado deste Regional para o mesmo período.

Em 2020, quando a Meta era “reduzir o prazo médio em relação ao ano base 2018, em 2% até 2019 e em 5% até 2020”, o tempo médio de duração do processo desta unidade organizacional foi de 240 dias, não tendo cumprido a Meta, sendo que o resultado deste Regional foi de 171 dias (valor consultado em 15/02/2021 no SIGEST/CSJT). Observa-se que a meta em 2020 era de 208 dias.

11. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL – Enfatiza a Corregedoria Regional a importância da observância da Política Nacional de Responsabilidade Socioambiental da Justiça do Trabalho constante do Ato Conjunto CSJT.TST.GP nº 24/14 e as orientações da Seção de Gestão Socioambiental deste Regional.

12. DAS ATIVIDADES E CONDIÇÕES DE SEGURANÇA – Conforme o artigo 12, parágrafo 3º, da Resolução Conjunta nº 4, de 28-2-2014, do Conselho Nacional de Justiça e Conselho Nacional do Ministério Público e no artigo 9º da Resolução nº 176, de 10-6-2013, do Conselho Nacional de Justiça, bem como nas normas que dispõem sobre segurança oriundas do Tribunal Regional, a Corregedoria Regional determina que sejam cumpridas as

determinações do Ato Regulamentar Conjunto nº 1, de 15-9-2008 (ARGCJ 1/2008) e da Resolução GP nº 7, de 3-10-2013.

12.1 MEDIDAS TOMADAS PELA VARA DO TRABALHO NO TOCANTE À CONTINGÊNCIA DO COVID-19:

A unidade organizacional observou as medidas publicadas referentes ao COVID-19, especialmente, a Portaria GP N. 117/2020 deste Regional.

13. RECOMENDAÇÕES:

13.1. RECOMENDAÇÕES GERAIS:

Recomenda-se que, seja observada a publicação da Portaria, referente ao formulário eletrônico para a autoinspeção e seja cumprido o Provimento Conjunto GCR/GVCR N. 1, DE 10 DE SETEMBRO DE 2020, publicado DEJT de 1º-10-2020, que dispõe sobre a autoinspeção ordinária das unidades judiciárias de 1º grau, realizadas pelos respectivos magistrados, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região.

Recomenda-se, ainda, à Secretária e aos Servidores da Vara que observem as recomendações para registrar movimentos no PJe de acordo com o e-Gestão.

13.2: RECOMENDAÇÕES ESPECÍFICAS:

A Corregedoria Regional recomenda que seja (m):

1) intensificada a realização semanal de audiências de conciliação em processos na fase de execução, independentemente de requerimento das partes, selecionando-se aqueles com maior possibilidade de êxito na composição, nos termos do inciso II do artigo 76 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho. Ademais, deve ser seguido o que preceitua o *caput* do artigo 764 da CLT, no sentido de que “os dissídios individuais ou coletivos submetidos à apreciação da Justiça do Trabalho serão sempre sujeitos à conciliação”, frisando-se que “para os efeitos deste artigo, os juízes e Tribunais do Trabalho empregarão sempre os seus bons ofícios e persuasão no sentido de uma solução conciliatória dos conflitos”, nos moldes do § 1º do referido artigo;

2) observadas as informações encaminhadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes e de Ações Coletivas – NUGEPNAC, bem como aquelas remetidas periodicamente à vara, referentes a processos já julgados pelo STF, para evitar o acúmulo desses processos;

3) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de conhecimento, conforme o discriminado no item 1.9 desta Ata;

4) examinados e saneados os processos mais antigos que estão na fase de execução, conforme o discriminado no item 1.10 desta Ata;

- 5) saneados os processos incidentais, conforme apurado no item 1.11 desta Ata;
- 6) envidados esforços para aumentar a produtividade, tendo em vista os dados apurados no item 5 desta Ata;
- 7) cumprida a Resolução Conjunta GP/CR/VCR N. 138, de 13 de março de 2020, publicada no DJE de 16-3-2020, alterada pela Resolução Conjunta TRT/GP/GCR/GVCR 142/2020, dispondo sobre a conversão de autos físicos em processos eletrônicos, módulo Cadastramento da Liquidação, Execução e Conhecimento (CLEC), nas Varas do Trabalho da 3ª Região, observado o Procedimento de Controle Administrativo CNJ 0008654-73.2018.2.00.000, que defere a liminar para suspender as regras estabelecidas no art. 2º da Resolução conjunta em epígrafe e do art. 52 da Resolução CSJT n. 185, de 24 de março de 2017, facultando ao Tribunal a digitalização das peças dos autos, que por ora, não deverá ser feita pelas partes, observando, ainda, o Ofício Circular N. CR/64/2019;
- 8) cumprido o Ofício Circular N. CR/53/21 – (PP-320-2019), referente ao objetivo de alcançar 100% de processos judiciais eletrônicos em relação ao acervo total, correspondente à Meta 11/2021 do CNJ;
- 9) envidados esforços para o cumprimento da **Meta 1 CNJ/ 2021**: Julgar mais processos que os distribuídos - Julgar quantidade maior de processos de conhecimento do que os distribuídos no ano corrente, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente; **Meta 2 CNJ/ - 2021**: Julgar processos mais antigos - Índice de Processos Antigos (IPA) - Identificar e julgar, até 31/12/2021, pelo menos 93% dos processos distribuídos até 31/12/2019, nos 1º e 2º graus; **Meta 3 CNJ/ - 2021**: Estimular a conciliação - Aumentar o índice de conciliação em relação à média do biênio 2018/2019, em 1 ponto percentual. Cláusula de barreira: 40%, tendo em vista que não foram atingidas em 2020;
- 10) envidados esforços para reduzir a taxa de congestionamento – Reduzir em 2 pontos percentuais a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação à 2019. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%; bem como reduzir o tempo médio de duração do processo na fase de conhecimento;
- 11) observada a Portaria Conjunta GP/GCR/GVCR N. 223, de 3 de setembro de 2020 que estabelece no âmbito da Justiça do Trabalho de Minas Gerais medidas para a retomada gradual dos serviços presenciais, observadas as ações necessárias para a prevenção de contágio pelo novo coronavírus, causador da COVID-19;
- 12) cumprida a Recomendação Conjunta GCR/GVCR N. 2, de 18 de agosto de 2020 e artigo 5º da Portaria Conjunta CR/VCR N. 2, de 20 de março de 2020, dispondo que o contato de urgência das partes e advogados deve ser realizado por e-mail institucional, videoconferência e por "WhatsApp Business", bem como cumprida a Instrução Normativa Conjunta GP.GCR.GVCR N. 70-2021 de 16 de março de 2021, que trata do atendimento telepresencial ao público externo por meio de Balcão Virtual no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho

da 3ª Região. Todos esses canais de atendimento ao público externo deverão ser utilizados durante o horário de expediente das unidades;

13) observada a Resolução Conjunta GP/GCR n. 136, de 27 de janeiro de 2020, a Vara do Trabalho deverá adotar as medidas para cumprimento dos procedimentos previstos no Capítulo II, artigos 5º ao 7º da referida Resolução, e certificar a inexistência de depósitos judiciais e recursais vinculados ao processo a ser arquivado. Para isso, até que se efetive a liberação do acesso ao sistema Garimpo, as Varas do Trabalho deverão consultar a existência de saldo nos sítios eletrônicos dos bancos já disponíveis: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/acesso-restrito/ (extratos da caixa econômica federal), <https://www63.bb.com.br/portalbb/djo/rdo/magistrado/RD04,802,4647,4653,0,1,1.bbx?cid=1335> (extratos do Banco do Brasil) e <https://conectividade.caixa.gov.br> (depósitos recursais antes da reforma trabalhista);

14) cumprido o Ofício-Circular N. GCR/54/2021, remetido às Varas do Trabalho em 23-6-2021, tratando dos processos da lista de eliminação de autos findos em 2014 (listagem encaminhada a esta Unidade em 17-6-2021), arquivados com depósito judicial/recursal, com prazo de 20 dias para resposta à Corregedoria Regional;

15) verificados os andamentos dos processos com audiências não designadas, conforme item 1.9 da ata e incluídos em pauta de audiência;

16) cumprida a recomendação Nº 10/GCGJT, DE 17 DE SETEMBRO DE 2020, que, em caráter excepcional, durante a duração da pandemia, sejam priorizados os atos atinentes à tramitação das ações trabalhistas e recursos de interesse dos profissionais da saúde que se encontram na função de atuação ao combate ao COVID-19;

17) cumprida a determinação constante do § 3º, do artigo 104, do Provimento Consolidado nº 3/2015, deste Regional, a saber: “inexistindo manifestação ou persistindo a divergência, o juiz, na hipótese de não se decidir pela homologação de um dos cálculos apresentados, nomeará, imediatamente, perito para elaborar laudo, em prazo prefixado segundo a complexidade do trabalho a ser executado”;

18) usados como ferramenta de auxílio na gestão da secretaria, os relatórios existentes no Painel de Produtividade, disponível na intranet deste Regional;

19) observados os lançamentos no PJe de acordo com o e-Gestão – 1º Grau, bem como suas atualizações, disponíveis na intranet – manuais e orientações – magistrados e servidores – 1) e-Gestão;

20) cumprida a Resolução 233, de 13-7-2016, do CNJ que dispõe sobre a criação de cadastro de profissionais e órgãos técnicos ou científicos no âmbito da Justiça de primeiro e segundo graus, disponível no sítio eletrônico <https://portal.siggeo.jt.jus.br/portal/0>, escolhendo e nomeando perito cadastrado, por nomeação direta do profissional ou por sorteio eletrônico, a

critério do magistrado, observando o critério equitativo de nomeação em se tratando de profissionais da mesma especialidade;

21) realizado, pela magistrada e pelos servidores, quando liberado pela unidade responsável, o Exame Periódico de Saúde na data apazada pela Secretaria de Saúde deste Regional, em conformidade com artigo 13 da Instrução Normativa GP nº 21, de 21 de julho de 2016, que dispõe sobre avaliação médica de magistrados e servidores em atividade, em função de riscos no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais.

A Corregedoria Regional reitera a necessidade de que sejam observadas as recomendações acima, o que será aferido na próxima correição ou extraordinariamente.

13.3. RECOMENDAÇÕES CONSTANTES NA ATA DE CORREIÇÃO DO ANO 2020:

A Corregedoria Regional verificou que as recomendações, então formuladas, foram observadas.

14. OBSERVAÇÕES FINAIS – A Corregedoria Regional recomenda que a Secretaria da Vara mantenha a qualidade dos seus serviços, visando ao elevado cumprimento da sua missão institucional que, conforme o Plano Estratégico do TRT da 3ª Região é “Realizar Justiça, no âmbito das relações de trabalho, contribuindo para a paz social e o fortalecimento da cidadania.”

Participe dos objetivos da Agenda 2030 (ONU), que firmou 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável para transformar nosso mundo, a Corregedoria Regional incentiva o conhecimento de suas diretrizes, especialmente as inclusas no objetivo 16, disponíveis no link <http://www.agenda2030.org.br/ods/16/>, que trata da Paz, Justiça e Instituições Eficazes.

Enfatiza que a qualidade da prestação jurisdicional possibilita o alcance da visão de futuro do TRT da 3ª Região em “ser reconhecido na sociedade pela prestação da tutela jurisdicional dos direitos sociais de qualidade, célere e efetiva e pela excelência dos processos de gestão”, segundo consta no Planejamento Estratégico do TRT da 3ª Região.

Ressalta, ainda, a Corregedoria Regional o caráter pedagógico da correição, assim como a importância da transparência dos dados estatísticos da Secretaria da Vara, proporcionadores do autoconhecimento e de um seguro diagnóstico da Instituição, cujo interior precisa ser exposto para si própria, bem como para a sociedade, destinatária última dos serviços judiciais prestados, tudo conforme foi solene e enfaticamente propugnado pelo CNJ.

Registra-se que a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora não recebeu reclamação de advogados ou partes quanto aos serviços prestados pelo juízo da Vara do Trabalho.

A Correição Ordinária é encerrada às 11 horas do dia cinco de julho de 2021, em sessão pública telepresencial, nos termos do Edital n. 102, publicado no DJe 8-6-2021, do que, para constar, eu, Mozart Secundino de Oliveira Júnior, Secretário da Corregedoria e da Vice-

Corregedoria, lavrei e assinei a presente ata, impressa em frente e verso, a qual, depois de lida e achada conforme, vai assinada, também, pela Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora. A equipe da Corregedoria Regional, que auxiliou a Excelentíssima Desembargadora Vice-Corregedora, além do Sr. Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria acima nominado, foi composta pelos servidores Flávio Mário Fonseca e José Múcio Antônio Lambertucci.

MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806

Assinado de forma digital por
MARISTELA IRIS DA SILVA
MALHEIROS:30831806

Maristela Iris da Silva Malheiros
Desembargadora Vice-Corregedora do TRT/3ª Região

MOZART SECUNDINO
DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138

Assinado de forma digital por
MOZART SECUNDINO DE OLIVEIRA
JUNIOR:30831138
Dados: 2021.07.05 11:16:55 -03'00'

Mozart Secundino de Oliveira Júnior
Secretário da Corregedoria e da Vice-Corregedoria